Belém, 16 de novembro de 2026.

NOTA DA AEBA

POR QUE A AEBA SE RETIROU DO GT DO NOVO ESTATUTO DA CASF?

Em 04 de novembro, foi realizada a 1ª reunião do Grupo de Trabalho criado para construir uma proposta de consenso entre AABA, AEBA e CASF, sobre o novo Estatuto.

A AEBA chegou ao GT com um objetivo claro: começar pelo que não exige debate político, que são os erros legais e normativos do projeto. **Um exemplo:** o texto exige curso superior e experiência comprovada em gestão de quem quiser concorrer ao CONSAD. A norma da ANS, porém, proíbe esse tipo de restrição. Isso não é posição política da AEBA, é exigência regulatória. Correções assim deveriam ser consensuais e imediatas.

No dia seguinte, 05 de novembro, **a CASF comunicou que o assessor jurídico da AEBA não poderia participar das reuniões.** Acontece que o advogado tem a prerrogativa legal de acompanhar seu cliente em qualquer reunião de que este participe (Lei nº 8.906/1994, art. 7º, VI, "d").

A representante da AEBA no CONDEL, a empregada Andrea Amaral, engenheira eletricista e auditora do Banco, **escolheu ser acompanhada por advogado justamente para identificar os problemas técnico-jurídicos do texto da proposta do novo estatuto da CASF Saúde.** A ideia era chegar, pelo diálogo, a uma redação que respeitasse as normas e os interesses comuns das entidades e, principalmente, dos beneficiários e beneficiárias da Caixa de Assistência.

Vetar a assessoria jurídica prova que não há disposição para corrigir os erros grosseiros da proposta, **nem para construir um consenso democrático**. Quem quer acertar, não tem medo de ser corrigido.

A AEBA não vai participar de uma farsa montada para legitimar **um estatuto ilegal, mal escrito e perigosamente autoritário**. A CASF pagou R$ 11 mil (onze mil reais) por esse texto, e ele ainda tem erros legais e normativos elementares.

Por esse motivo, **reafirmamos nossa oposição à proposta de estatuto da CASF Saúde.** Vamos continuar lutando, junto com às demais entidades e aos beneficiários(as), por um estatuto legal, democrático e transparente.

Diretoria da AEBA